

Filol. Linguíst. Port., São Paulo , v. 17, n. 2, p. 569-596, jul./dez. 2015  
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i2p569-596>

## Especificidade de uma disciplina de interpretação (a análise do discurso no Brasil): alguns apontamentos<sup>1</sup>

*The specificity of an interpretive discipline*

*(Brazil's Discourse Analysis): some notes*

Lucas do Nascimento<sup>2</sup>

*Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR, Brasil*

**Resumo:** A Análise do Discurso é o modo de leitura dos fenômenos registrados em falas e em textos, que se localizam no espaço da discursividade. Na relação com a língua, a Análise do Discurso compartilha especificidades que traduzem o seguinte: os funcionamentos sintáticos não esgotam na competência da frase. No presente trabalho, proponho desenvolver o compartilhamento com a *arqueologia* (derivada dos pressupostos de Michel Foucault, em especial a obra *A arqueologia do saber*, publicada em 1969). Serão exemplos desse compartilhamento pesquisas de Nascimento (2011) e Gregolin e Mazzola (2012), autores que adotam as perspectivas teórico-metodológicas de Foucault e de Pêcheux. Com os alertas deste último sobre as transformações do discurso político e das novas materialidades, o trabalho aqui apresentado demonstra alguns desdobramentos promissores no campo do discurso em que diversos objetos linguísticos se inscrevem como materialidades: depoimento (Nascimento, 2011) e charge, e

---

<sup>1</sup> Apontamentos inspirados no texto de Michel Pêcheux, “Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise do Discurso na França)”, publicação póstuma, de 1984, em *Buscila*, Paris. Esse texto está em edição brasileira: Pêcheux M. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2ª ed. Campinas: Pontes Editores; 2011. p. 227-230.

<sup>2</sup> \* Professor do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, [drlucasdonascimento@gmail.com](mailto:drlucasdonascimento@gmail.com)

pintura (Gregolin e Mazzola, 2012). A relevância dos compartilhamentos mencionados por Pêcheux (2011 [1984a]), de interesse à Análise do Discurso, promove deslocamentos em outras disciplinas que só contribuem para o campo discursivo, em sua tarefa primeira: ler e interpretar textos.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Arqueologia foucaultiana. Método pecheutiano. Novas materialidades.

**Abstract:** Discourse analysis is a way of reading phenomena recorded in diuscourses and texts, which are located in the space of Discourse. In relation to language, discourse analysis shares specificities that translate the fact that syntactic runs are not limited to sentence scopes.. In this work, I propose to develop the sharing with archeology (derived from Michel Foucault's assumptions, particularly the Archaeology of Knowledge work, published in 1969). Examples of this sharing are research by Nascimento (2011) and Gregolin and Mazzola (2012). These authors adopt the theoretical and methodological perspectives of Foucault and Pêcheux. Considering Pêcheux alerts about the transformations of political discourse and new materialities, this study shows some promising developments in the field of discourse in which several linguistic objects register as materiality: testimony (Nascimento, 2011) and charge, as well as painting (Gregolin and Mazzola, 2012). The relevance of the shares mentioned by Pêcheux ([1984a] 2011), which interest Discourse Analysis, promote interfaces with other disciplines that do contribute to the discourse field regarding its first assignment: reading and interpreting texts.

**Keywords:** Discourse Analysis. Foucault's archaeology. Pecheuxian method. New materialities.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pesquisas em análise de discurso encontram-se agora explicitamente inscritas no campo das *pesquisas linguísticas* desenvolvidas no CNRS.

Simultaneamente, o estudo dos fenômenos discursivos, inerentes aos registros da fala e do texto, defronta-se com um espaço mais vasto, o da leitura e da interpretação (Pêcheux, 2011 [1984a], p. 227).

A Análise do Discurso trabalha com a discursividade na relação com a língua, razão pela qual se inscreve no campo da Linguística. Um alerta, contudo, faz-se

necessário: não deve ser confundida com a ciência linguística – ela é o modo de leitura dos fenômenos registrados em falas e em textos, que se localizam no espaço da discursividade.

Na relação com a língua, a Análise do Discurso compartilha uma tríplice especificidade que traduz o seguinte: os funcionamentos sintáticos não terminam na competência da frase. Os três compartilhamentos são:

- (1) com a *tradição lexicométrica*, a prática de construção de um corpus e o recurso eventual a algoritmos informatizados, mas que não se impede de supor estruturas sintáticas sob a sequência de unidades lexicais;
- (2) com as *tradições semiológicas e semióticas* (que, aliás, designam, às vezes, seus trabalhos como análises de discurso), a tarefa de apreender e descrever as condições estruturais de existência do sentido, mas sem se autorizar supor estruturas lógico-semânticas subjacentes às sequências discursivas;
- (3) com a *perspectiva arqueológica foucauldiana*, a tarefa de levar em conta as condições históricas de existência de discursos em sua heterogeneidade, mas visa reintroduzir, explicitamente nesse campo, a problemática da língua (Pêcheux, 2011 [1984a], p. 228).

No presente trabalho, proponho apresentar exemplos de análises discursivas que desenvolvem o compartilhamento (3) com a *arqueologia*, derivada dos pressupostos de Michel Foucault, em especial a obra *A arqueologia do saber*, publicada em 1969 (2008).

As três interfaces são mencionadas por Michel Pêcheux em seu texto de 1984, publicação póstuma. Explicamos que esses “compartilhamentos” mencionados pelo autor são pensados em relação aos funcionamentos sintáticos no “real da língua” (Pêcheux, 1981), não estritamente limitados na frase, mas relacionados aos fenômenos interfrásticos (e, por essa via, às marcas linguísticas da enunciação e do registro dito pragmático), entendidos como pertencentes ao intradiscurso (conceito que compreende uma linguística das sequências discursivas) e ao interdiscurso (que abrange uma semântica das sequências discursivas, ou uma intersecção de atravessamentos dessas sequências discursivas).

Explanamos também que a posição epistemológica da Análise de Discurso de Michel Pêcheux compreende a concepção de língua “como um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades” (Pêcheux, 2011 [1984a], p. 228). Tal é a concepção de língua.

Passemos, a seguir, à leitura das interfaces da Análise do Discurso com o terceiro compartilhamento.

## 2 DA ANÁLISE DO DISCURSO A SUAS INTERFACES: A ARQUEOLOGIA FOUCAULTIANA

Em *A arqueologia do saber*, Michel Foucault constrói sua arqueologia, cujo método investiga o saber de dada época, as relações estabelecidas por *práticas discursivas* inscritas em um mesmo *arquivo*. Compreende as condições histórico-sociais de acontecimentos discursivos, de enunciados específicos que apareceram e não outros em seu lugar, abrangendo também a noção de *enunciado*.

Foucault aproxima proposições de tal método arqueológico com algumas da História, em especial a Nova História. Na obra mencionada, há a delimitação do campo da arqueologia, com a suspensão de categorias e campos que levam às noções de continuidade, linearidade, sucessividade e sujeito transcendental. No Capítulo 1, o autor inicia as considerações de seu método pelo conceito de *formação discursiva*<sup>3</sup>. No segundo capítulo, são apresentadas as categorias a serem agenciadas em seu método: o enunciado, a menor unidade, e o arquivo, a maior. No último, Foucault discute as implicações e aplicações de seu método, além de delimitar seu objeto de análise, qual seja, a constituição dos saberes no campo das ciências humanas, e abre a possibilidade de que se façam “outras arqueologias”<sup>4</sup>. Dois conceitos centrais de Foucault nesse momento são *formação discursiva* e *enunciado*,

---

<sup>3</sup> A noção de formação discursiva é central para a Análise do Discurso francesa, na medida em que o empréstimo e a releitura desse conceito, por Michel Pêcheux, foi medular para a construção da sua teoria do discurso. Discussão mais detalhada desse “empréstimo” encontra-se em Gregolin (2001, p. 37-52).

<sup>4</sup> Evidentemente, simplificamos com tal panorama apenas a título de mostrar como Foucault pensa a arqueologia. Esse livro define um método de análise; discussão mais detalhada encontra-se em Gregolin (2004b, p. 23-44).

para que se possa, com condições materiais do método arqueológico, levar em conta condições históricas de existência de discursos em leituras e interpretações.

O método arqueológico propõe relações com a Nova História por identificar algumas problemáticas da História Tradicional. A principal instaurada por Foucault foi em relação às “formas prévias de continuidade” que apareciam, até então, no campo dos fatos discursivos. Isso provocava implicações nos modos de ler e interpretar acontecimentos discursivos que possibilitavam seu estabelecimento e a cristalização de determinados sentidos e direções de olhares em nossa cultura. Por isso, recorre aos conceitos *descontinuidade*, *ruptura*, *limiar*, *limite*, *série*, *transformação*, que colocam não somente questões de procedimento, mas também problemas teóricos a qualquer análise histórica.

Suspender conceitos da História Tradicional liberaria um campo imenso de possibilidades. Primeiro, reconheceria os enunciados (falados ou escritos) em sua dispersão de acontecimentos e na instância de formulação e constituição própria de cada um. Essa visada propõe uma descrição dos *acontecimentos discursivos*, com suas sequências discursivas que tenham sido formuladas. Com a possibilidade de descrição, o enunciado é entendido em sua singularidade de acontecimento, em sua irrupção histórica: “é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Foucault, 2008, p. 32). É necessário descrever os jogos de relações entre enunciados, pela sua característica articulação entre singularidade e repetição: “de um lado, ele é um gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro” (Foucault, 2008 [1969], p. 32).

Com o método arqueológico, temos apontamentos metodológicos que orientam a leitura e a interpretação de condições históricas de existência de discursos, como:

1) Descrever um conjunto de enunciados, com possibilidade de identificação de cada um no que tem de singular. Descrever a dispersão, se ocorrer. Elencar os enunciados que dispersam a área temática (o campo semântico abordado). Detectar uma ou mais regularidades nessa dispersão pela identificação de uma ordem que permita as correlações, as posições, os funcionamentos, as transformações.

2) Descrever as *formas de repartição e sistemas de dispersão* do enunciado é localizar pontos suscetíveis que permitam identificar a *formação discursiva*:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (Foucault, 2008 [1969], p. 43).

3) Identificar e descrever *enunciado* é localizar o conjunto de enunciados que compõem uma ou mais formação discursiva. Tal conjunto total constitui o *arquivo*<sup>5</sup>. Portanto, há relação de dependência e de hierarquia entre essas duas noções – a mais ampla (arquivo) e a mais molecular (enunciado) do método foucaultiano.

4) Enumerar as formações discursivas que compõem o “enunciado” organiza o material de análise e permite descrever as características da “função enunciativa”, por meio de exposição de algumas características do enunciado como raridade, exterioridade, acúmulo.

5) Desenvolver a articulação entre os conceitos principais manipulados em seus trabalhos – “enunciado”/“formação discursiva”/“arquivo”. Entendido como unidade elementar do discurso, o enunciado é assim definido:

Em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material) o enunciado é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem. [...] ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma **função** que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (Foucault, 2008 [1969], p. 98-99).

Pensando-o como uma *função*, Foucault descreve o enunciado a partir de oposições com outras unidades (frase, proposição, atos de fala) para marcar as diferenças e para acentuar que os estudos linguísticos sempre deixaram o

---

<sup>5</sup> Discussão mais detalhada sobre “enunciado” e “arquivo” em Foucault encontra-se em Gregolin (2004a, p. 19-42).

enunciado como um resto, como pressuposto, mas não como analisado<sup>6</sup> (Gregolin, 2004a).

Seguindo a exposição feita por Foucault, podemos entender que o *enunciado* se distingue dos conceitos de *frase*, de *proposição* e de *atos de fala*, porque:

(a) ao contrário da proposição, o enunciado está no plano do discurso e, por isso, não pode ser submetido às provas de verdadeiro/falso. Por isso, para os enunciados não há formulações equivalentes: por exemplo, “ninguém ouviu” é distinto de “é verdade que ninguém ouviu” quando os encontramos em diferentes gêneros de discurso, como uma fala cotidiana e um romance. Na fala cotidiana e em um romance, por exemplo, há uma mesma estrutura proposicional, mas com caracteres enunciativos bastante distintos;

(b) ao contrário da frase, o enunciado não está, necessariamente, submetido a uma estrutura linguística canônica (como, no português, *sujeito e predicado*), isto é, não se encontra um enunciado localizando-se os constituintes da frase. Um quadro classificatório das espécies botânicas é constituído de enunciados que não são “frases”, uma árvore genealógica, um livro contábil, a fórmula algébrica, um gráfico, uma forma geométrica, entre outros, todos têm leis de uso e regras de construção que são diferentes daquelas das frases. Por isso, Foucault afirma que não parece possível definir um enunciado pelas características gramaticais da frase (Foucault, 2008 [1969], p. 93);

---

<sup>6</sup> Foucault alerta que está operando com conceitos sem atribuir-lhes exatamente o significado que têm para os gramáticos, os lógicos, os linguistas. Ele entende frase ou proposição como unidades que a gramática e a lógica podem reconhecer em um conjunto de signos; quanto ao enunciado, afirma: “chamaremos enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível” (2008 [1969], p. 123).

(c) o enunciado parece, à primeira vista, mais próximo do que se chama os *speech acts* (atos de fala). No entanto, diferentemente das pesquisas dos analistas ingleses, Foucault não propõe procurar o ato material (falar e/ou escrever) ou a intenção do indivíduo que está realizando o ato (convencer, persuadir etc.) ou o resultado obtido (se foi eficaz ou não). O que Foucault procura é “descrever a operação que foi efetuada, em sua emergência – não o que ocorreu antes, em termos de intenção, ou o que ocorreu depois, em termos de “eficácia”, mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente neste enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas” (Foucault, 2008 [1969], p. 94).

Para definir o enunciado, além de mostrar suas diferenças com esses conceitos (frase, proposição, *speech acts*), Foucault também o correlaciona com o conceito de *língua*. Pretende mostrar que língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência e, para exemplificar essa diferença, recorre às *letras que estão numa máquina de escrever*: em si, não constituem enunciados; no entanto, quando alguém as dispõe em uma página – seguindo regras que vêm do sistema da língua –, tornam-se enunciado. A língua é um sistema de construção para enunciados possíveis. Todavia para a análise arqueológica não interessa esse campo de virtualidades das formas linguísticas. Partindo da ideia de que “não basta qualquer realização material de elementos linguísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir” (Foucault, 2008 [1969], p. 98), Foucault mostra que o que torna uma frase, uma proposição, um ato de fala em um enunciado é justamente a *função enunciativa*: o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado (Gregolin, 2004a).

O exercício da *função enunciativa*, suas condições, suas regras de controle, o campo em que ela se realiza estão no centro das reflexões de Foucault n’*A arqueologia do saber*. Para o autor, entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela História, que contempla a própria materialidade do enunciado (Gregolin, 2004a).

Partindo do problema da “descontinuidade” no discurso e da “singularidade” do enunciado, Foucault propõe que as dimensões próprias do enunciado sejam



utilizadas na demarcação das *formações discursivas*. O que descreve como *formação discursiva* constitui grupos de enunciados, isto é, um conjunto de performances verbais que estão ligadas no nível dos enunciados. Isso supõe que se possa definir o regime geral a que obedecem seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falam, o sistema de seus referenciais; supõe, também, que se delimite o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e o sistema que os define e prescreve (Gregolin, 2004a).

A partir dessas reflexões sobre as formações discursivas, “discurso” é *definido* como

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade. (Foucault, 2008 [1969], p. 135-136)

Pensando o discurso como esse conjunto de enunciados, e os enunciados como performances verbais em função enunciativa, o conceito foucaultiano de **discurso** pressupõe, necessariamente, a ideia de “prática”. Assim, a arqueologia propõe estudar as “**práticas discursivas**, isto é, um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2008 [1969], p.136). Por isso, em vez da descrição de unidades estáticas, com a ideia de “prática discursiva”, Foucault propõe uma análise que persiga a movimentação dos enunciados, sua movência nos atos praticados por sujeitos historicamente determinados.

Além disso, a ampla noção de “arquivo” é, pois, o centro em torno do qual gravitam os outros conceitos operatórios e dele deriva a ideia de análise “arqueológica”:

O arquivo forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo [...]. [A

análise arqueológica] designa o tema geral de uma descrição que interroga o já-dito no nível de sua existência: da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo (Foucault, 2008 [1969], p. 151).

A detalhada exposição dos conceitos operatórios da análise arqueológica tem a função de mostrar as relações que o discurso estabelece com os sujeitos, com a História, com as práticas discursivas. Por serem produto dessas práticas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas: não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer em um lugar e tempo quaisquer. Sempre há que se submeter à *ordem do discurso* (Foucault, 1971)<sup>7</sup> (Gregolin, 2004a).

Diante disso, vejamos, a seguir, análises de Nascimento (2011), em sua dissertação de mestrado, que adotam o aparato teórico-metodológico de Michel Foucault, tendo como *cópus* textos de um processo jurídico de tráfico de maconha.

Levando em conta o crime tráfico de drogas, o objetivo do trabalho do autor foi compreender a *posição-sujeito* no processo de (des)construção do discurso do sujeito defensor, em processo penal concluso com absolvição de um dos réus infratores. Permanecendo no nível da formulação do discurso (e/ou da constituição), o autor trabalhou a argumentação a partir do processo histórico-discursivo em que a posição do sujeito defensor (advogado) foi constituída, possibilitando gestos de leitura/interpretação. O *cópus* de análise foi composto pela peça “acórdão”, concedida pelo Tribunal de Justiça de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, em que revela a prática do tráfico de entorpecentes de três jovens (entre 20 a 30 anos), ocorrida em cidade gaúcha, no ano de 2003.

---

<sup>7</sup> O que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Essa pergunta inquietante move Foucault a teorizar, em *A ordem do discurso* (1971) as relações entre o discurso e o poder, como um desdobramento e um avanço daquilo que enunciara em *A arqueologia do saber*. Trata-se de um momento em sua reflexão em que ele, ao mesmo tempo, continua a teorizar sua proposta para a análise do discurso e já está caminhando para a chamada “fase genealógica”, na qual mergulhará nas discussões sobre os sistemas gerais de controle desenvolvidos pela sociedade ocidental.

O Recorte 1 (*fato delituoso*) do arquivo processo penal foi apresentado como primeiro texto a ser analisado, visto como acontecimento discursivo do escrivão, cuja memória do crime de tráfico de drogas é elaborada por meio da produção escrita desse sujeito. Já o Recorte 2 apresenta depoimentos dos três denunciados e dos dois policiais responsáveis pelo flagrante criminoso.

Desse momento da pesquisa em diante, o pesquisador revela a relação do *arquivo fato delituoso de tráfico de drogas* com a *memória discursiva* sobre o tráfico de drogas no Brasil, em produção escrita do escrivão. A análise que se deu no texto legal deteve-se na discursividade do arquivo, na memória dos enunciados. Partiu das seguintes constatações: dados os depoimentos na delegacia de polícia pelos jovens flagrados e pelos dois policiais, a enunciação da produção escrita do escrivão construiu o fato do crime de tráfico de maconha sob a ótica da significação da memória discursiva, da circulação social sobre o tema, implicando, desde o início do processo penal, direcionamentos no trajeto de sentidos (*traficantes* e *tráfância*). Desse trajeto, formulações discursivas configuraram sentidos de criminologia.

As sdr (sequência discursiva de referência) recortadas no interior do enunciado do PM1 demonstram a fronteira entre dois domínios de saber determinada pelo funcionamento discursivo dos depoentes já vistos, pelo percurso de sentido construído. A começar pela fronteira entre a) **não fuga** e b) **fuga**. Esses dois processos discursivos fronteiros operam uma luta de dominação, isto é, um dominará encerrando o sentido de “verdade”. O conjunto das descrições abaixo refuta um domínio de saber, aquela do sujeito que declara não ter fuga, declara que deu espaço para a ultrapassagem da viatura policial. A dominação dos elementos no intradiscurso de uma sdr não aparece como regulada pela estrutura do interdiscurso do réu “Y”. Vejamos, pelo menos, quatro sdr para identificarmos a dominação sobre a FD **tráfico**:

(1.a) [...] Daí nós tentamos abordar nas proximidades da Igreja e o carro não parou, nós ligamos o giro flash, a sirene, ele seguiu pela Bento Rosa, em direção à BR, nós tentamos abordar novamente na Bento Rosa, ele cortava a nossa frente, ia na contramão, não deixava nós encostar do lado dele [...].

(2.a) [...] Daí ele pegou a BR 386, em direção interior-Porto Alegre, e nós sempre atrás dele, em alta velocidade e lá nas proximidades do trevo de Bom Retiro, se eu não me engano, nós conseguimos abordar ele junto com uma viatura da Polícia Rodoviária Federal [...].

(3.a) [...] o colega deu um tiro de advertência no chão, aí o veículo deles parou, daí nós fizemos a abordagem. Tentaram fugir. Os três. Correram em direção a um barranco [...].

(4.a) [...] tinha três elementos no veículo, eles tentaram fugir, se atirando no barranco, *mas nós chegamos muito próximo, cercamos eles, não deixamos fugir*; prendemos eles, fomos no veículo verificar qual era a situação, aí nós encontramos atrás do banco do caroneiro um saco branco, com vários tijolos, provavelmente maconha. [...] Na Delegacia nós abrimos o porta-malas e verificamos que tinha mais duas, uma sacola de brim e uma sacola plástica, se eu não me engano [...].

Consideraremos que em (1.a) a forma-sujeito do policial incorpora elementos a partir de uma estrutura de enunciado determinada no interdiscurso: a formulação de [1.1] para *sujeitos da polícia* e [1.2] para *sujeitos do tráfico*:

[1.1] nós tentamos abordar nas proximidades da Igreja

[1.2] **e o carro não parou**

[1.1] **nós ligamos o giro flash, a sirene,**

[1.2] **ele seguiu pela Bento Rosa, em direção à BR,**

[1.1] **nós tentamos abordar novamente na Bento Rosa,**

[1.2] **ele cortava a nossa frente, ia na contramão,**

[1.1] **não deixava nós encostar do lado dele [...]**.

Observemos que, em [1.1] há o sentido de tentativa de abordagem policial e, em [1.2], o sentido de fuga dos perseguidos. Da mesma maneira que em (2.a) a afirmativa declara a fuga rumo cidade-BR, acentuando-a ainda mais como assertiva verdadeira. Tal efeito de verdade é em posição de causa real. Além disso, o sentido de fuga se efetiva pelo (3.a) “**tiro de advertência no chão**”, realizado por [1.1]. Em (4.a) “**se atirando no barranco**”, [1.2] corresponde a atitude de fuga. Essas enumeráveis formulações acumulam a dominação de saber sobre **fuga**, filiada a FD **tráfico**. (Nascimento, 2011. p. 99)

Vejamos, ainda, as análises referentes ao outro sujeito da pesquisa, identificado como PM2 - Policial Militar:

A seguir, vemos a construção enunciativa autorizada pela própria experiência do profissional frente ao flagrante de entorpecentes como o se tratado. O PM2 sinaliza ainda que:

[...]

**Café e graxa** (quanto ao cheiro que era sentido no carro).

É que o pessoal usa isso aí pra disfarçar o cheiro dela (ou seja, da maconha).

[...]

Sobre o desembarque do carro, momento do flagrante, lembra que

[...]

**Quem saiu primeiro foi o ‘Z’ [M], segundo, se eu não me engano foi o motorista e terceiro foi o ‘X’ [R. C.], que tava no banco de trás e tinha mais dificuldade de sair ligeiro...**”

Com isso, a presença do **café** e da **graxa** confirma a preparação do ritual para a ocorrência em tráfico de drogas.

Os elementos são usados com efeito de disfarce, tentando inibir a possibilidade de identificar que no interior do veículo se tenha o produto drogas. Os elementos, assim como o uso de outros, já se tornaram indícios perceptivos para a identificação de que há o porte de substâncias ilícitas. A palavra *café* pertence à formação de discursos (FD) da agricultura, da culinária, da alimentação, e o vocábulo *graxa*, a FD da química, da mecânica, dos lubrificantes. No contexto do tráfico, os léxicos permutaram para uma FD, já cristalizada nas ações dos traficantes, como elementos amenizantes do odor da maconha, devido às propriedades químicas de anéis aromáticos.

Além disso, a situação do desembarque aponta os movimentos físicos dos envolvidos no tráfico. Naquele veículo, o caroneiro, localizado no banco da frente, efetuou sua saída primeiramente, posterior o motorista, em seguida, com mais dificuldade, saiu o caroneiro do banco traseiro. Todos correram rumo ao “mato” na tentativa de fuga. Essa ação aprovou a hipótese de que havia algo incorreto feito e demonstrou o comprometimento com a ilicitude. O disparo para o determinado lugar por três homens demarcou a infração, de modo que o esperado, se nada de incomum ocorresse, era a normal parada e desembarque. (Nascimento, 2011. p. 104)

No contexto do discurso jurídico, as análises de Nascimento (2011) apontam o aparato teórico-metodológico de Michel Foucault como referência para o exercício analítico. A construção discursiva de sucesso na Defensoria Pública Brasileira se dá pela materialidade da linguagem, pelo linguístico e pelo histórico, inseparáveis no campo do discurso, resultando em amostragem de sujeitos réus determinados por sentidos de inocência. O autor destaca que o que determina um sentido e não outro, ou o que determina uma dada significância e não outra, nas relações discursivas modernas de defensoria, é o atenuante da *vitimologia*.

O pesquisador adotou a perspectiva metodológica não só de Pêcheux, mas também a arqueológica de Foucault, em especial, sobre a descrição de duas formações discursivas que compuseram enunciados distintos em que lutaram ideologicamente em processo penal de tráfico de maconha. Destaca que discursivizar

o sujeito traficante como vítima da esfera social, de acentuada problemática brasileira pela intensificação do consumo de drogas, estabelece a existência de sujeitos **drogados, dependentes, usuários, consumidores**. Essa foi a forma de deslizar o sentido de uma formação discursiva “de traficância” para o sentido de uma formação discursiva “de usuário”, com a consequência de apagar a identidade de traficantes dos três sujeitos envolvidos no crime de tráfico de drogas.

Do trabalho do sentido, ressalta também que o deslizamento e o apagamento da história e do crime vivido pelos envolvidos soaram como uma inversão na construção de suas identidades, vitimizand-os. Foi pelo emprego de atenuadores linguísticos como “apenas”, “só”, “em parte” que se deu essa prática de suavização, e, ainda, pela associação com uma memória discursiva que circula na sociedade atual sobre o usuário de drogas em oposição ao traficante. Tal fato coloca o usuário e o traficante em *formações discursivas de oposição*.

Desses apontamentos sobre a arqueologia foucaultiana como “compartilhamento” de interesse da Análise do Discurso, passemos ao método pecheutiano de descrever e analisar a existência de discursos na relação com a língua.

### 3 DA ANÁLISE DO DISCURSO: O MÉTODO PECHEUTIANO

De outro modo foi a trajetória de Michel Pêcheux. Filósofo e francês como Foucault, mas não seguindo as mesmas trajetórias filosóficas e teóricas desse autor, outra reflexão sobre a história da Linguística teve interesse e espaço de investigação. Teve como objetivo pensar o lugar da Análise de Discurso no interior das diversas crises da ciência da linguagem (Pêcheux, 1981; 1982; 1984a). Em seus últimos textos, admite a instalação de uma região transdisciplinar, em que é possível enxergar os entrecruzamentos necessários do tríptico compartilhamento entre lexicologia, semiologia e arqueologia foucaultiana.

Em torno de Saussure, Freud e Marx<sup>8</sup> e de suas releituras durante o século XX, foi possível construir uma terceira época da Análise de Discurso. Dois textos escritos em seu último ano de vida, em 1983 (um publicado em 1983; e outro em 1984c) refletem sobre esse tripé básico na constituição da teoria e deixam os

---

<sup>8</sup> À referência a esses três autores, Pêcheux denominava “tríplice aliança”.

indicadores daquilo que poderá ser o caminho a ser trilhado a partir de então (Gregolin, 2005).

“Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso” (1984c) e “Discurso: estrutura ou acontecimento?” (1983) são textos de balanço da edificação do aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso. Pêcheux escreve que a Análise de Discurso deriva de problemáticas filosóficas e políticas, que formaram a base concreta de um encontro (confronto) sobre a questão da discursividade dos processos ideológicos (Gregolin, 2005).

Interessa ao autor analisar no contexto epistemológico aquilo que formata a especificidade do dispositivo da Análise de Discurso: as pesquisas sócio-históricas, que já trabalhavam na análise das lutas políticas, dos funcionamentos institucionais, dos debates e confrontos da ordem política, religiosa, governamental, psicológica, entre outras. Com a história social das mentalidades, em especial a Nova História, destaca que se coloca em causa a transparência da língua, implicando, desse modo, outros olhares quando se interpreta textos. Isso significa, contextualmente à época, que textos são interpretados com o abandono de certezas associadas ao enunciado documental, por exemplo. Deixa-se de lado a ideia tradicional da transparência e da evidência da linguagem, e se orientam, então, os estudos históricos para a ambiguidade, para as polarizações, para o equívoco, para o lapso, para o simulacro, para a polissemia da língua (Gregolin, 2005).

Assim é dado um lugar especial por Pêcheux ao trabalho de Foucault. O destaque de maior relevância se direciona para *A arqueologia do saber*, que trata explicitamente o documento textual como um *monumento*, visto como “vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede” (Pêcheux, 1983). Dessa relevância, propõe a análise das discursividades e parte para a construção teórica do *interdiscurso*.

Inserida a Análise de Discurso na problemática da interpretação, Pêcheux retoma a questão da não-transparência do sentido e da ilusão de subjetividade provocada pelo assujeitamento ideológico do sujeito<sup>9</sup>. Com isso, estabelece a concepção de sujeito e de sentido ao propor o objetivo da análise:

---

<sup>9</sup> A ideia de “assujeitamento” é desenvolvida pelo autor em *Semântica e discurso*, conceito registrado nos tateamentos da segunda época da AD.



A análise do discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro). (Pêcheux, 2002 [1983], p. 14)

Para *construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito*, é preciso conceituar a leitura como atividade de um sujeito que é, ao mesmo tempo, despossuído e responsável pelo sentido que lê. Com essa concepção de leitura, a Análise do Discurso (em sua relação com a história, com a língua e com o inconsciente) não se satisfaz nem com os “observáveis” discursivos comportamentais, nem com as estruturas do sujeito epistêmico da psicologia cognitiva. Pensando sobre as “relações conflituosas da análise de discurso com outros campos”, Pêcheux considera que é o campo da Psicologia Social a mais problemática, já que as outras disciplinas (a Sociologia, a História, por exemplo) se reconhecem mais facilmente como disciplinas de interpretação.

A história epistemológica da Linguística (Gadet e Pêcheux, 1981; Pêcheux, 1984c) e as relações estabelecidas pela Análise do Discurso **constroem** conceitos que fortalecem as bases. Alguns conceitos como a *heterogeneidade*, a *alteridade*, as relações entre *intradiscurso* e *interdiscurso* como trabalho da *memória* permitem ao aparato teórico indicar caminhos metodológicos como procedimentos para leituras e interpretações. Essa herança deixada por Pêcheux é reconhecida, sobretudo, por Denise Maldidier, colega de grupo do autor, cujas palavras reconhecem e destacam a atualidade de sua proposta:

O percurso de Michel Pêcheux deslocou alguma coisa. De um ponto a outro, aquilo que foi teorizado sob o nome de “discurso” é o esboço de algumas idéias tão simples quanto insuportáveis: o sujeito não é a fonte do sentido, o sentido se forma na história por meio do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito; o sentido pode ser

perseguido, mas ele escapa sempre. Por causa dessas reflexões de Michel Pêcheux, o discurso, no campo francês, não se confunde com sua evidência empírica; ele representa uma forma de resistência intelectual à tentação pragmática. Este pensamento continua a trabalhar em certas pesquisas sobre o discurso. Além da lingüística, ele permitiu a abertura de pistas novas em história, em sociologia, em psicologia e, sobretudo onde se trata de textos, onde se produz o encontro da língua e do sujeito (Maldidier, 2003 [1990], p. 89).

Com a herança teórica deixada pelo autor, estabelece que todo discurso é formulado por uma enunciação, devido a um espaço *instituído* e um tempo *definido*. Há, portanto, *condições de produção* do discurso (enunciadores, espaço e lugar) que retomam outras cenas fundadoras. Tais *condições de produção* orientam a produção de efeitos de sentido nos textos e a discursividade que põe em funcionamentos certos enunciados. É nessa situação de orientação e de função que a *interdiscursividade* tem como princípio reger a produção de sentidos. É justamente porque “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente” (Pêcheux, 2009 [1975], p.149), que os textos orais e escritos e as imagens fazem sentido para nós, leitores, enunciadores.

O autor, em seus últimos textos (Gadet e Pêcheux, 1981; Pêcheux, 1983), alertava para as transformações do discurso político e para novas materialidades, para desdobramentos futuros que são promissores no campo do discurso. Percebeu que havia mutação dos discursos com relação à ciência, à estética, à ideologia, à técnica. Em artigo publicado em 1984, originalmente em alemão, afirma:

Nosso empreendimento supõe, parece-me, levar a sério a noção de materialidade discursiva enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada.

Desse ponto de vista, a decisão de não restringir, a priori, o estudo do material textual aos objetos literários consagrados, parece-me extremamente interessante e positiva: ela permite interrogar os processos de construção da referência discursiva em toda sua extensão, compreendendo tanto a Alltagssprache

(e a Alltagsfiktion) quanto os discursos científicos, técnicos, políticos e estéticos (Pêcheux, 2011 [1984b], p. 151-152, destaque do autor).

Tendo como base essa proposta de Pêcheux, analisemos uma charge enfatizando os elementos constitutivos de suas *condições de produção* e os *efeitos de sentido* produzidos, na tentativa de exemplificar, juntamente com as análises de Nascimento (2011) já referidas anteriormente, como a Análise do Discurso pode ser inserida no contexto escolar com atividades de leitura e de escrita, por exemplo:



Figura 1 – Borges, R. *Haja Humor!* Andes – SN, 2008

Ao analisarmos a charge, destacamos suas características (sincretismo entre linguagem verbal e visual, humor, paródia, crítica, advertência, entre outras) e relacionamos com os elementos da “cena de enunciação”, enfatizando as “condições de produção” como elementos para a existência do discurso: a retomada de um intertexto da tradição literária (*Chapeuzinho Vermelho*) e a produção do humor a partir da paródia. Os “efeitos de sentido” produzidos são de crítica a uma situação política do ano de 2008 (a aposentadoria e os fundos de pensão). Pressupõem ao leitor a recuperação de sua cenografia: o lobo mau, a menina Chapeuzinho Vermelho e a avó, e a cena fundadora que a sustenta: a menina é enganada pelo lobo e a avó é a alimentação dele.

Tomando como exemplo a charge em questão, discutiremos os seguintes pontos teóricos da Análise do Discurso: a) *as condições de produção da cena enunciativa*; b) *a relação entre discurso e ideologia*; e c) *a interpretação e a memória discursiva*.

a) As condições de produção da cena enunciativa:

A versão de *Chapeuzinho Vermelho*, **narrativa literária** dos Irmãos Grimm, originalmente, tem um endereçamento: a menina sai de sua casa para levar a cesta com doces e vinho até a casa da avó. No decorrer do conto é identificado um paradoxo, o da menina pré-adolescente que consegue assimilar as instruções da mãe a seguir pela estrada. No entanto é facilmente convencida pelo lobo a optar por outro caminho, sugerido por ele com a justificativa de poder observar as flores e ouvir o canto dos pássaros. A menina aceita o novo caminho, mesmo que contrário à indicação de sua mãe.

Na charge sob análise, o endereçamento é outro: Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, então Presidente da República Federativa do Brasil, na ocasião, vestido de Chapeuzinho Vermelho, apresenta o lobo mau, que figura como funcionário da Previdência do Brasil, para a pessoa que se encontra deitada. Na mala de mão do suposto lobo, está escrito: “Fundo de pensão”.

b) A relação entre discurso e ideologia:

A mala de mão do lobo indica a frase “Fundo de pensão”, que expressa a relação entre discurso e ideologia, juntamente à outra dita por Lula, que figura vestido de Chapeuzinho Vermelho: “Olhe quem veio jantar!”. A frase é exclamativa; assim, tal sintaxe indica que o lobo chegou para jantar. O alimento do jantar não é o Lula – é a “avó”, a pessoa idosa que está sobre a cama. A cena recupera os sentidos da narrativa literária com uma diferença, ao menos: o lobo mau jantará a avó na presença de Chapeuzinho Vermelho, sua neta. Esse sentido põe em funcionamento algumas marcas da ideologia: (1) Lula, vestindo vermelho, recupera a cor da bandeira de seu Partido dos Trabalhadores – PT; (2) a exclamação dita por Lula expressa alerta; (3) o único alimento possível na cena é o sujeito sobre a cama, que manifesta espanto. Portanto, a cena enunciativa marca a ideologia da vítima do novo sistema de aposentadoria para homens e mulheres, no sistema previdenciário brasileiro: o cidadão trabalhador. Ou seja, o sistema econômico funcionará melhor pela garantia das contribuições de cada trabalhador (povo brasileiro) com

o prolongamento de seu tempo de serviço. Com cinco anos a mais de trabalho para homens e mulheres como regra prevista, o funcionamento administrativo-financeiro do país indica positividade, pelo arrecadamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com mais tempo de serviço, o contribuinte pagará a mais. Isso garante aos cofres públicos da União mais dinheiro dos trabalhadores.

c) A interpretação e a memória discursiva:

As condições de produção da cena não apresentam outro personagem da narrativa clássica: o caçador. Personalidade relacionada à proteção, ao altruísmo, é a figura mais atraente no enredo clássico, dado que salva os bons e castiga os malvados, exercendo a representatividade de justiça e de lição, como é do caráter dos contos de fadas. Notemos que a charge não apresenta o momento em que o caçador retira a avó da barriga do lobo: essa ausência tem efeito de sentidos na memória discursiva. Por esta, acionamos as versões de Perrault e dos Irmãos Grimm, em que Chapeuzinho praticamente se entrega ao lobo ao indicar o caminho para casa de sua avó. O lobo se apresenta na figuração de um jogador astuto, com suas artimanhas para percorrer o caminho de menor distância ou, ao menos, adquirir certa vantagem na distração de Chapeuzinho Vermelho. Pela “estrada afora”, a menina fornece pistas que se reunirão ao capuz vermelho, possibilitando a interpretação simbólica do prenúncio do final da narrativa. Nessa narrativa há a figura do caçador.

As condições de produção da charge não recuperam tais sentidos, nem se a sexualidade é passada pela avó a Chapeuzinho, por meio do capuz vermelho, cuja presença do desejo de deixar-se envolver por esse “lobo” pode também ser vista em alguns signos espalhados pelo breve período de distração pelo qual passa a personagem. Em Perrault, Chapeuzinho se distrai pegando avelãs no bosque, correndo atrás de borboletas e colhendo flores. A partir do conhecimento da avelã como símbolo da fertilidade e da luxúria, da borboleta como de metamorfose, das flores como da passividade, o entendimento deste percurso de passividade pode ser compreendido de outros modos.

A mesma compreensão simbólica pode ser encontrada na história dos Grimm, em que o lobo malicioso a convida a deixar de ser tão séria, e Chapeuzinho aceita a proposta sem se lembrar da advertência dada por sua mãe, na qual pedia que a filha andasse direito pelo caminho para não tropeçar e, sendo assim, não cair quebrando a garrafa de vinho que levava para sua avó.

As condições de produção da charge têm efeito de sentido de advertência. Consiste em alertar a avó, isto é, o trabalhador, da perda financeira: mais tempo de contribuição com o governo para sua segurança frente ao Instituto Nacional de Segurança Social. Assim como na clássica história, se saísse do caminho indicado pela mãe, portanto percorrendo outro caminho, não seguro, correria o risco da perda da garrafa de vinho, ao passo que poderia quebrá-la ou perdê-la, ou ser roubada, por exemplo, e da cesta de doces. Não tendo o caçador na cena da charge, a avó será alimento garantido e Chapeuzinho será tomada em posição vitoriosa. A vitória marcada pela resignificação da personagem, que na charge é ocupada pela figuração de Lula, então Presidente da República do Brasil, elucida sentidos cuja memória discursiva do leitor percorre outros caminhos: mão de obra do povo, mais tempo de trabalho, menos dinheiro, corrupção no governo, controle previdenciário, orçamento menor, entre outros.

Além da análise das imagens da charge com aporte teórico-metodológico pecheutiano, vejamos, a seguir, uma análise de pintura com aporte teórico-metodológico foucaultiano, como exemplo de análise imagética. Gregolin e Mazzola (2012) levaram em conta as relações entre a semiologia e o discurso, naquele terceiro compartilhamento necessário de interesse à Análise do Discurso, já dito por Pêcheux (1984a):

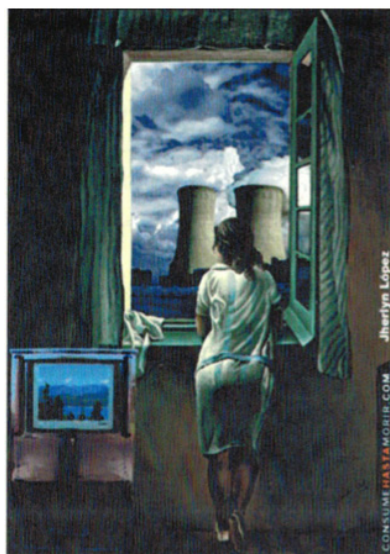


Figura 2 – López J. Muchacha ante central térmica, 2006.



Figura 3 – Dali S. Moça à janela, 1925<sup>10</sup>.

Tendo em vista que a internet mescla os papéis de produtores e consumidores em um só sujeito, demonstraremos a seguir de que maneira isso ocorre por meio da resignificação de uma pintura espanhola. Consideremos, portanto, a Figura 2: é uma paródia (construída por meio da manipulação imagética) do quadro “Moça à janela”, do pintor Salvador Dalí. Originalmente, a moça encontrava-se diante de uma paisagem em que se via somente o mar, um pedaço de terra e o céu. Nessa paródia – realizada por Jherlyn López, intitulada “Muchacha ante central térmica”, disponível no site Consume Hasta Morir e extraída de um conjunto de imagens que têm por objetivo realizar uma crítica ao consumismo – percebemos efeitos de trucagem típicos do gênero fotográfico, porém, na internet, essa técnica também se estende a qualquer tipo de imagem. Na manipulação, a moça encontra-se diante de uma central térmica. As usinas termelétricas, como sabemos, são instalações industriais usadas para geração de eletricidade a partir da energia liberada

---

<sup>10</sup> Em Gregolin e Mazzola (2012) não consta o quadro de Salvador Dalí. Trouxe, aqui, para o leitor ter a possibilidade de melhor acompanhar a análise dos autores.

em forma de calor. No entanto a termoeletricidade também causa impactos ambientais que contribuem para o aquecimento global. Paradoxalmente, o aparelho de tevê disposto ao lado da moça está ligado (muito provavelmente com a energia produzida pela termelétrica próxima) e exibe uma paisagem natural. Essa paródia é atravessada pelo discurso do meio ambiente que se instaura na tensão entre as figuras da termelétrica e do cenário paradisíaco que aparece na tela do aparelho de tevê. Além disso, tal discurso estabelece um diálogo com a memória da obra original de Dalí.

Segundo Foucault (2007, p. 110), “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados.” Muitos outros enunciados perpassam a Figura 2 pelos fios de memória que trazem para a cena o pré-construído do que é uma pintura ou de como lidamos com a natureza. A inserção da central térmica (enquanto “representação imagética” de uma central térmica, com suas torres expelindo fumaça) e da tevê apresentando o “paradisíaco” inscreve esse enunciado em um discurso de crítica ao nosso atual *modus vivendis*, e ambos os elementos atuam como “predicadores” do enunciado. Num primeiro momento, nosso olhar é dirigido às torres da termelétrica (a “batida do olhar”), pois são elas os elementos mais contrastantes com a obra original de Dalí –substituem o cenário paradisíaco admirado pela moça na janela, além de ocuparem grande parte do centro da composição. Num segundo momento, notamos o aparelho de tevê, alojado em um suporte simples, que ocupa um lugar marginal na composição; contudo ele é fundamental para a constituição dos sentidos e para a inscrição do enunciado imagético no discurso anticonsumista do qual faz parte. O efeito de sentido de “paródia”, “paradoxo” ou “incongruência” é conseguido pelas seguintes fases de apreensão do quadro:

- i. No quadro original de Dalí, a moça admira a paisagem natural;
- ii. Na paródia, a moça olha para as torres poluidoras da termelétrica;
- iii. A paisagem natural que deveria atuar sob a forma de memória na paródia é materializada (está presente) na tela da tevê, atingindo o efeito de “incongruência”, ou “degradação ambiental”.

É como se o tempo tivesse passado, e no local onde havia terra e mar agora há prédios e fontes de energia. Somente a mulher no centro da composição permanece a mesma. Tendo em vista que a arte é a memória gráfica do tempo e retrato de cada época, a imagem de López faz colidir o representado, a realidade e a memória em uma materialidade que resgata a) a pintura do grande mestre espanhol; b) uma técnica fotográfica de manipulação; e c) e um meio digital de circulação. Esses três elementos servem de base para o



estabelecimento de um discurso de crítica ao sistema político e econômico que promove a aquisição competitiva de riquezas comprometendo os recursos naturais e o equilíbrio ecológico. Tais objetos complexos se apresentam cada vez mais aos trabalhos de Análise do Discurso. Efetuar deslocamentos e/ou dialogar com outros domínios do saber é uma alternativa à perda de fecundidade da teoria (Gregolin e Mazzola, 2012, p. 245-269).

Com os alertas de Michel Pêcheux sobre as transformações do discurso político e das novas materialidades, vimos alguns desdobramentos promissores no campo do discurso em que diversos objetos linguísticos se inscrevem como materialidades: os analisados por Nascimento (2011), a charge (neste texto), e a pintura (Gregolin e Mazzola, 2012). Nesses estudos com apropriação de diversos objetos e materialidades, percebemos exercícios analíticos que derivam da arqueologia foucaultiana, do aparato teórico-metodológico de Foucault e dos procedimentos teórico-analíticos de Pêcheux como possibilidades no campo da linguagem. Com tais possibilidades, as atividades de leitura e escrita – filiadas ao aporte da Análise do Discurso – podem ser inseridas no componente curricular Língua Portuguesa, da educação básica brasileira, com vistas a atender a demanda de leitura e interpretação de materiais sincréticos, por exemplo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância dos compartilhamentos mencionados por Pêcheux (1984b), de interesse à Análise do Discurso, promovem deslocamentos em outras disciplinas que só contribuem para o campo discursivo, em sua tarefa primeira: ler e interpretar textos. No entanto, precisamos lembrar aquilo que Pêcheux escreveu: “os funcionamentos sintáticos não se limitam às fronteiras da frase” (Pêcheux, 2011 [1984a], p. 228).

Para isso, é indispensável a relação entre sujeito e história para a constituição e o funcionamento do léxico e da imagem por um simples aspecto: quem possibilita à língua estar sempre viva, funcionando, é o sujeito enunciator em funcionalidade, em atividade, em pleno uso, exposto à construção da linguagem verbal e não-verbal e do sentido. O autor explicita:

Por essas diferentes vias, a questão crucial para a análise de discurso é a do estatuto do sujeito enunciator, na fala e na escrita, na escuta e na leitura: *na medida em que ela se alinha*

*entre as disciplinas de interpretação*, colocando em causa a existência de um metadiscurso do sentido sob os discursos, a análise de discurso não pode se satisfazer com a concepção do sujeito cognitivo epistêmico, “mestre em seu domínio” e estratégico em seus atos (face às coerções bio-sociológicas); ela supõe a divisão do sujeito com marca da sua inscrição no campo do simbólico (Pêcheux, 2011 [1984a], p. 229).

Por um não equilíbrio do sistema da língua, a palavra e/ou a imagem oferece possibilidades languageiras. O caráter do signo, vivo e dinâmico, permite a vitória para a própria língua, visto que ela está em funcionamento, aberta ao novo, à plurisignificância, com base nas construções lexicais, nas composições imagéticas, em suas diversas funcionalidades.

Em consequência, a língua faz história, registra-se e funciona em sua inscrição. A mobilidade da língua, especificamente, o signo linguístico, é o que torna vivaz e móvel o léxico. Essa plurivalência se dá pela mobilidade morfológica; o léxico funciona pela flexibilidade de construções. O sujeito o faz funcionar pela circulação de inovações realizadas nas necessidades de comunicação, orais, imagéticas e escritas.

Assim, finalizamos com as palavras do analista de discurso aqui mobilizado:

As pesquisas atuais tomam essencialmente por objeto o trabalho da heterogeneidade discursiva no jogo das contradições sócio-históricas: analisa-se uma sequência na sua relação com o seu exterior discursivo específico (em particular seus pré-construídos, seus discursos relatados, etc.) e em relação à alteridade discursiva com que ela se defronta, ou seja, o campo sócio-histórico do qual ela se separa (cf. noção de enunciado dividido).

Essa aproximação da intertextualidade, e de forma mais geral, do interdiscurso como condição da produção e da interpretação dos discursos pode contribuir com o estudo dos *efeitos de mudança* que afetam a circulação dissimétrica e desigual dos enunciados, suscetíveis de se juntarem em fórmulas produtoras de eventos históricos. Por outro lado, essa aproximação se encontra confrontada aos

fenômenos implicados no funcionamento “ordinário” das discursividades, particularmente no registro conversacional (Pêcheux, 2011 [1984a], p. 229).

Sobre “o estudo dos *efeitos de mudança* que afetam a circulação dissimétrica e desigual dos enunciados”, consideramos ainda verdade ser preciso

admitir [...] a possibilidade de revirar um dia a proposição de Saussure: a lingüística não é uma parte, mesmo privilegiada, da ciência geral dos signos; a semiologia é que é uma parte da lingüística; mais precisamente, a parte que se encarregaria das **grandes** unidades significantes do discurso. Daí surgiria a unidade das pesquisas levadas a efeito [...] em antropologia, sociologia, psicanálise e estilística acerca do conceito de significação (Barthes, 1988, 67).

E, sobretudo, é preciso perguntar: em que patamar a significação da língua se encontra no ensino brasileiro? Afinal, em que “rumo” as aulas de Língua Portuguesa se encontram? Como a gramática ainda é trabalhada? Diante das perguntas, as respostas são possíveis uma vez pensadas nas heranças de Ferdinand de Saussure, suas indagações e inquietações sobre a língua, e na árdua tarefa deixada por Barthes, vista neste excerto final, e por Pêcheux sobre a admissão dos “compartilhamentos” no estudo da língua, necessariamente.

## REFERÊNCIAS

- Barthes R. Elementos de semiologia. São Paulo: Cultrix; 1988.
- Foucault M. (1969). A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- Gadet F, Pêcheux M. La langue introuvable. Paris: Maspero; 1981.
- Gregolin MR. Análise do Discurso: o sentido e suas movências. In: Gregolin MR et al. Análise do Discurso: entornos do sentido. Araraquara: Acadêmica/Laboratório Editorial da Unesp; 2001. pp. 37-52.
- Gregolin MR. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: Fernandes C, Santos JBC, organizadores. Análise do Discurso: unidade e dispersão. Uberlândia: Entremeios; 2004a. pp. 19-42.

Gregolin MR. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: Sargentini V, Navarro P. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz; 2004b. pp. 23-44.

Gregolin MR. Michel Pêcheux e a história epistemológica da lingüística. In: Fonseca-Silva MC, Santos EJ, organizadores. Estudos da língua(gem). Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. Vitória da Conquista: Uesb, 1, jan/jun, 2005. pp. 99-111.

Gregolin MR, Mazzola RB. Análise do Discurso, Semiologia, Ciberespaço: Problematisações contemporâneas. In: Gregolin MR, Kogawa JMM, organizadores. Análise do discurso e semiologia: problematisações contemporâneas. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica; 2012. (Série Trilhas Linguísticas, n. 20). pp. 245-269.

Lopez J. Muchacha ante central térmica. 2006. [citado em 10 de nov 2014]. Disponível em: <http://www.letra.org/spip/spip.php?article1025>.

Malidier D. A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Eni Puccinelli Orlandi, tradutora. Campinas: Pontes; 2003 [1990].

Nascimento L. Vitimologia: Memória(s) de tráfico de drogas [dissertação]. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos; 2011.

Pêcheux M. Discourse: structure or event? Actes du Colloque Marxism and Interpretation of Culture: Limits, Frontiers, Boundaries. L'Université Urbana-Champaign, 8-12 juillet 1983. In: Pêcheux M. L'inquietude du Discours. Textes choisis et présentés par Denise Malidier. Paris: Éditions des Cendres; 1990 [1983]. pp. 303-323.

Pêcheux M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Eni Puccinelli Orlandi, tradutora 3ª ed. Campinas: Pontes; 2002.

Pêcheux M. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise do Discurso na França). In: Pêcheux M. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2ª ed. Campinas: Pontes; 2011 [1984a]. pp. 227-230.

Pêcheux M. Metáfora e Interdiscurso. In: Pêcheux M. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2ª. ed. Campinas: Pontes; 2011. [1984b] pp. 151-161.

Pêcheux M. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. Mots, nº. 9, 1984, pp. 7-17. Eni Puccinelli Orlandi, tradutora. Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. Escritos, nº. 04, Campinas: Nudectri; 1999 [1984c]. p. 7-16.

---

Recebido em: 18/04/2015

Aceito em: 12/06/2015

---